QUESTIONÁRIO INTERCEPTAÇÃO – LIVE @PROFDIEGOHENRIQUE

1) A lei que trata do tema de interceptação telefônica é a de n. 8.072/90

2) O sigilo das comunicações está no art. 5º, X, da CF

3) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem ministerial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

4) Lei de interceptação surgiu no ano de 1996. O STF declarou que todas as interceptações anteriores, ainda que fundamentadas no Código Brasileiro de Telecomunicações e tenha havido ordem judicial.

5) As normas da lei de IT têm natureza processual integralmente.

6) Se o crime foi cometido em 1995, ainda assim, poderá haver interceptação telefônica.

7) É possível interceptar judicialmente uma comunicação sem necessidade de gravação.

8) A comunicação telefônica abrange, além da conversa por telefone, também a troca de mensagens por whatsapp.

9) A comunicação ambiental é sinônimo de comunicação telefônica.

10) A realização de escuta ambiental está protegida constitucionalmente pelo art. 5º, XII, da CF

11) Na Delegacia, um policial liga para esposa e diz: Amor, eu vou chegar mais tarde hoje, porque tenho que ficar aqui ouvindo os áudios das escutas, especialmente da conversa travada entre os dois traficantes (fornecedor e “comerciante”) que estamos investigando. Há muita ligação aqui registrada. Pode dormir sem mim. A dedicação ao caso é essencial, pois são os dois maiores traficantes da região, que são muito dissimulados. Nesse caso, o policial acertou.

12) A gravação clandestina, sem autorização judicial, não é ilícita.

13) Prevalece que a lei 9296/96 abrange a interceptação, a escuta e a gravação telefônicas.

14) Prevalece que a lei 9296/96 abrange a interceptação, a escuta e a gravação ambientais.

15) Prevalece que a lei 9296/96 abrange a interceptação, mas não a escuta e a gravação ambientais.

16) A natureza jurídica da interceptação telefônica é meio de prova

17) O direito à reserva busca a não divulgação do que foi gravado clandestinamente.

QUESTIONÁRIO INTERCEPTAÇÃO – LIVE @PROFDIEGOHENRIQUE

18) Marido traiu a esposa. Ao saber da traição, a esposa matou a amante. O marido, sabendo do fato, certo dia ligou para a esposa e, gravando a ligação sem o conhecimento dela, passou a falar do fato, esperando a confissão dela, que foi obtida. Nesse caso, para o STJ, a gravação telefônica é ilícita.

19) O sigilo implícito deve ser observado na gravação telefônica.

20) Delegado, durante conversa informal com o preso em flagrante, grava todo o seu teor, sem mencionar o direito ao silêncio. O preso acabou revelando informações do crime que era apurado e, ainda, de outros dois crimes praticados por um amigo, que não eram objetos da apuração. Nesse caso, o elemento informativo obtido em relação a terceiros não é inválido.

21) Situação hipotética: Juninho entrou na sala de bate papo da uol com o nome de "gatinho sensação" e aproveitou desse *nickname* para vender drogas no chat. Em determinado momento, mandou mensagem sobre uma venda para um outro traficante, que usava o apelido de "príncipe do amor". Assim, é válida essa interceptação.

22) Situação hipotética: O funcionário da empresa X realizou tráfico de drogas por meio do e-mail corporativo. Procurado pela polícia, o proprietário da empresa permitiu o acesso a todos os computadores e ao e-mail funcional de cada funcionário. Não há ilegalidade nesse caso.

23) A polícia não precisa de autorização judicial para apreender aparelho celular de indivíduo preso em flagrante.

24) O espelhamento não prova válida no atual ordenamento jurídico.

25) A CPI não pode quebrar o sigilo de dados telefônicos.

26) A quebra de sigilo telefônico não está sujeita à cláusula de reserva de jurisdição.

27) A interceptação telefônica só cabe na fase da "formação de culpa".

28) Prova obtida em IT pode ser utilizada em processos cível, trabalhista e administrativo.

29) a IT é inconstitucional por vilar o princípio da proibição da autoincriminação.

30) Para ser cabível IT, exige-se a presença de 4 requisitos.

31) A lei 9296/96 apresentou todos os requisitos necessários à decretação da IT de forma negativa.

32) Cabe IT em crime punido com detenção quando se tratar de crime susto.

33) Se o juiz do Estado de SP autorizou interceptação requerida pelo MPSP para apuração de tráfico de drogas local, mas, no decorrer da apuração, foi descoberto que o tráfico envolvia os Estados de SP e SC, bem como o DF. Nesse caso, a prova obtida com a interceptação é válida, em razão da aplicação da teoria do juízo aparente.

34) No Brasil, é possível, em caso específico, a decretação de IT por autoridade diversa do Poder Judiciário.
35) Cabe IT em telefone público ou particular

36) Situação hipotética: João, titular do direito de uso da linha telefônica XX, pode interceptar a comunicação do prefixo ainda que outras pessoas estejam utilizando a referida linha telefônica.

37) Escuta telefônica realizada sem autorização judicial. Ocorre que Joãozinho, interlocutor que até então a desconhecia, consentiu. O referido consentimento não é apto a legalizar a conduta realizada.

38) Juízo competente para decretar IT deve ser dotado de jurisdição penal, seja no âmbito da Justiça Estadual, da Justiça Federa, da Justiça eleitoral, da Justiça Militar da União, seja no âmbito da Justiça Castrense Estadual.

39) A lei 9296 fala que a competência para decretar a IT é do "juízo competente da ação principal". Nesse caso, é ilegal a previsão das DIPO (centrais de Inquérito).

40) A decisão de decreta a IT deve ser fundamentada, não necessitando, porém, de ser exaustiva.

41) A palavra indício utilizada na lei 9296/96 está no sentido de prova indireta, havendo o contraditório diferido.

42) Admite-se a IT prospectiva.

43) Para ser cabível IT, deve ser observado o rol taxativo que elenca as infrações penais que a admitem.

44) Cabe IT em crime perseguido por ação penal de iniciativa privada.

45) Cabe IT para apurar crimes de responsabilidade.

46) É possível a entrada em escritório de advogado para instalação de equipamentos de interceptação ambiental, ainda que à noite e sem autorização judicial.

47) Admite-se a serendipidade no sistema brasileiro, seja subjetiva ou objetiva, seja de 1º ou de 2º graus.

48) Admite-se a eficácia objetiva da autorização na IT.

49) Segundo a Lei 9296/96, o juiz pode decretar de ofício a IT, seja na fase de investigação, seja na fase processual.

50) O assistente da acusação pode requerer ao juízo competente a decretação de IT.

51) A defesa pode requerer ao juízo competente a decretação de IT.

52) O juiz deve decidir em até 48h o pedido de IT.

53) Se o Promotor de Justiça requerer a decretação de IT, mas o juiz indeferir, caberá mandado de segurança.

54) A IT correrá em segredo de justiça, que será levantado após o trânsito em julgado, em razão da publicidade externa.

55) A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova. Nesse caso a expressão "uma vez" é preposição e não adjunto adverbial.

56) A execução da IT caberá à autoridade policial exclusivamente.

57) A execução do procedimento operacional da IT deveser comunicado ao MP, sob pena de nulidade absolta.

58) É obrigatória a comunicação ao MP do início da execução da IT, mas o seu acompanhamento é facultativo.

59) Realizou-se a IT, mas houve problema na gravação das conversas. Nesse caso, o policial que estava na execução da medida, acompanhando as conversas, pode ser ouvido como testemunha a respeito do que ouviu durante a interceptação, e tal prova será válida.

60) Não se exige o acesso à integralidade das gravações.

61) O acompanhamento da execução da IT pelo MP e pelo acusado é, respectivamente:
a) obrigatório e facultativo
b) obrigatório e obrigatório
c) facultativo e facultativo
d) facultativo e proibido
e) facultativo e obrigatório

62) A destruição da gravação que não interessar a prova:
a) pode ser feita durante o inquérito policial
b) só pode ser feita após o processo
c) só pode ser feita a partir da fase processual
d) só pode ser feita após o trânsito em julgado
e) só pode ser feita após a sentença de primeiro grau

63) Juiz indeferiu o requerimento de destruição da gravação. Nesse caso, cabe pelo MP:
a) apelação
b) recurso em sentido estrito
c) agravo de instrumento
d) correição parcial
e) mandado de segurança
Gabarito: a

64) Juiz indeferiu o requerimento de destruição da gravação. Nesse caso, cabe pelo terceiro interessado:
a) apelação
b) recurso em sentido estrito
c) agravo de instrumento
d) correição parcial
e) mandado de segurança